



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA E PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

**PROVA SELETIVA**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## DIREITO PENAL

1. José praticou crime de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo. Submetido a exame de insanidade mental, constataram os peritos que, em virtude de desenvolvimento mental retardado, não era, ao tempo do crime, inteiramente capaz de entender o caráter criminoso do fato. Nesse caso, José

- (A) deve ser condenado e a pena reduzida de um a dois terços, com imposição, também, de medida de segurança.
- (B) está isento de pena em razão da semi-imputabilidade, mas deve ser a ele imposta medida de segurança.
- (C) deve ser condenado e a pena reduzida de um a dois terços, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por medida de segurança.
- (D) deve ser condenado e a pena reduzida de dois terços até a metade, em razão de tratar-se de crime cometido com emprego de arma de fogo, com imposição, também, de medida de segurança.
- (E) deve ser absolvido, em razão da anormalidade mental constatada, sem imposição de pena, nem de medida de segurança.

2. Pedro forneceu a seus amigos Gilberto e Mário o horário de abertura do cofre do banco em que trabalhava, para possibilitar-lhes a subtração dos valores nele guardados. Depondo como testemunha no inquérito policial instaurado a respeito dos fatos, afirmou nunca tê-los visto anteriormente, descobrindo-se, posteriormente, que não disse a verdade. No que se refere a Pedro, deverá este responder pelo crime de

- (A) furto qualificado pelo concurso de agentes, em concurso material com o crime de falso testemunho.
- (B) falso testemunho e crime de furto qualificado pelo abuso de confiança, em concurso material.
- (C) furto qualificado pelo concurso de agentes, em concurso formal com o crime de falso testemunho.
- (D) furto qualificado pelo concurso de agentes.
- (E) falso testemunho e crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, em continuação.

3. É certo que no crime progressivo há

- (A) pluralidade de condutas delitivas encadeadas por uma seqüência causal e certa unidade de contexto, sendo a posterior mais grave que a anterior, com desdobramento do elemento subjetivo em momentos distintos.
- (B) um tipo penal, abstratamente considerado, que contém implicitamente outro, o qual deve necessariamente ser realizado para se alcançar o resultado.
- (C) o cometimento de duas infrações penais, sendo a primeira menos grave que a segunda, a qual, por isso, considera-se pós-fato não punível.
- (D) o cometimento de duas ou mais infrações penais, num mesmo contexto e contra a mesma vítima, com unidade de desígnios.
- (E) um tipo penal cuja descrição encerra dois ou mais outros tipos ou que abrange outro tipo penal acrescido de fatos e circunstâncias atípicas.

4. João comprou, por R\$ 20,00, uma corrente de ouro, avaliada em R\$ 2.000,00, de um menino de 14 anos de idade, corrente esta que havia sido subtraída, por pessoa ignorada, de seu primo e companheiro de quarto Joaquim. Este não havia dado por falta da jóia, motivo porque sequer havia feito a comunicação da ocorrência à polícia. Nesse caso, João

- (A) responderá por crime de receptação culposa.
- (B) não responderá por crime de receptação, por ser desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa.
- (C) é isento de pena, por ter sido o crime de que proveio a coisa cometido em prejuízo de seu primo, com o qual coabita.
- (D) é isento de pena, por ter adquirido a jóia de pessoa inimputável.
- (E) é isento de pena, porque o proprietário da jóia não havia providenciado a lavratura de boletim de ocorrência a respeito do furto de que fora vítima.

5. Paulo enviou carta a todos a alunos da classe de seu desafeto Gabriel, com os seguintes dizeres: "Cuidado. Seu colega de classe Gabriel é ladrão!". No dia seguinte, outra carta, desta vez enviada por Lúcio, no mesmo local e para as mesmas pessoas, tem os dizeres: "Gabriel furtou R\$ 50,00 que se encontravam dentro da bolsa de Maria", sendo, porém, falsa a imputação. Paulo e Lúcio cometeram, respectivamente, os crimes de

- (A) comunicação falsa de crime e difamação.
- (B) difamação e injúria.
- (C) calúnia e denúncia caluniosa.
- (D) denúncia caluniosa e comunicação falsa de crime.
- (E) injúria e calúnia.

6. Carlos, tomado de ódio e com intuito de matar, efetuou disparo de arma de fogo contra Benedito, atingindo-o mortalmente. O projétil transfixou-lhe o coração e, acidentalmente, atingiu o filho deste, Luizinho, que estava atrás, na mesma linha de tiro, ocasionando-lhe a morte. Carlos responderá por

- (A) um homicídio doloso e um homicídio culposo, em concurso formal.
- (B) dois homicídios dolosos, em concurso formal.
- (C) crime único de homicídio doloso, em virtude da unidade de desígnio.
- (D) dois homicídios dolosos, em concurso material.
- (E) um homicídio doloso e um homicídio culposo, em concurso material.

7. Na culpa consciente, o agente

- (A) prevê o resultado, assumindo o risco de que venha a ocorrer.
- (B) não prevê o resultado, que era previsível.
- (C) prevê o resultado, mas espera sinceramente que não venha a ocorrer.
- (D) não prevê o resultado, que é imprevisível.
- (E) prevê e deseja que o resultado ocorra.

<p>8. Antônio chama seu “capanga” Marcelo e determina que mate seu desafeto Mário. Marcelo se arma com uma clava, esconde-se atrás de uma árvore, mas, no momento em que Mário passa, não tem coragem de golpeá-lo e desiste. Diante disso, Antônio</p> <p>(A) responderá por tentativa de homicídio, em co-autoria, com pena atenuada pela ocorrência de arrependimento posterior.</p> <p>(B) responderá por tentativa de homicídio, em co-autoria.</p> <p>(C) responderá por crime de favorecimento pessoal.</p> <p>(D) não responderá por crime algum, pois Marcelo não chegou a dar início à execução do homicídio.</p> <p>(E) responderá, em co-autoria, por posse ilegal de arma branca.</p>	<p><b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b></p> <p>11. No aspecto criminal, as sentenças são chamadas de subjetivamente plúrimas quando</p> <p>(A) julgam diversos acusados.</p> <p>(B) proferidas por tribunal do júri.</p> <p>(C) proferidas por câmaras de tribunais.</p> <p>(D) incorporam as alegações das partes.</p> <p>(E) julgam diversos fatos conexos.</p>
<p>9. Francisco teve seu carro furtado. Soube, por testemunhas, que o autor da subtração foi Fernando. No dia seguinte, localizou-o numa via pública do bairro, dirigindo o veículo subtraído, e o abordou. Fernando desferiu-lhe vários golpes com uma barra de ferro, causando-lhe ferimentos graves, deixando, a seguir, o local com o automóvel que subtraía. Diante disso, Fernando cometeu crime de</p> <p>(A) furto e crime de lesões corporais graves, em concurso material.</p> <p>(B) roubo impróprio.</p> <p>(C) roubo qualificado pelo resultado, em virtude de ter resultado lesões corporais graves.</p> <p>(D) furto tentado e crime de lesões corporais graves, em continuação.</p> <p>(E) roubo simples e crime de lesões corporais graves, em concurso material.</p>	<p>12. Afirmar que a prova produzida não pertence à parte que a produziu, servindo a ambos os litigantes e ao interesse da justiça, é enunciar o princípio da</p> <p>(A) comunhão da prova.</p> <p>(B) eficácia plena da prova.</p> <p>(C) contraditoriedade da prova.</p> <p>(D) responsabilidade mútua e recíproca da prova.</p> <p>(E) concentração da prova.</p>
<p>10. No que se refere aos crimes contra os costumes, é certo que</p> <p>(A) a prostituta não pode ser sujeito passivo de crime de estupro.</p> <p>(B) o crime de atentado violento ao pudor, fora dos casos de co-autoria, não pode ser cometido por pessoas de ambos os sexos.</p> <p>(C) o ato de obrigar a vítima a assistir ato de libidinagem praticado por terceiros configura o delito de atentado violento pudor.</p> <p>(D) o ato de propor a prática de ato libidinoso configura início de execução do crime de atentado violento ao pudor, respondendo o autor pela forma tentada.</p> <p>(E) o agente se, após ter praticado, mediante violência, atos libidinosos contra a vítima, desiste voluntariamente da prática de estupro, responde pelo delito de atentado violento ao pudor.</p>	<p>13. A Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Estaduais) prevê, expressamente, que</p> <p>(A) o acordo para reparação do dano entre o autor do fato e o ofendido acarreta a extinção de punibilidade nas infrações de menor potencial ofensivo.</p> <p>(B) poderá ser oferecida denúncia se o autor do fato não cumprir a pena imposta em virtude de proposta do Ministério Público na fase preliminar.</p> <p>(C) poderá haver suspensão condicional do processo em infrações cuja pena seja no máximo igual ou superior a dois anos.</p> <p>(D) o julgamento das turmas recursais pode ser impugnado por recurso especial.</p> <p>(E) o interrogatório, no procedimento sumaríssimo, seja realizado depois de serem ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes.</p> <p>14. Se o ofendido, no processo criminal,</p> <p>(A) ingressar como assistente do Ministério Público, poderá arrolar testemunhas em número idêntico ao permitido para o Ministério Público.</p> <p>(B) não for admitido como assistente do Ministério Público, não poderá recorrer da decisão, mas poderá impetrar mandado de segurança.</p> <p>(C) for irmão do acusado, por ser suspeito, não poderá depor.</p> <p>(D) apresentar queixa subsidiária porque o inquérito foi arquivado, estará amparado por orientação do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) for mulher, dependerá de autorização do marido, para ajuizar queixa, quando houver implicação de bens patrimoniais.</p>

<p>15. A interceptação telefônica pode ser autorizada</p> <p>(A) em crimes de ameaça e de injúria praticados por telefone.</p> <p>(B) pelo promotor de justiça, quando se tratar de crime organizado.</p> <p>(C) uma única vez em relação à mesma pessoa investigada ou acusada.</p> <p>(D) para crimes punidos com reclusão e não para crimes punidos com detenção.</p> <p>(E) para crimes punidos com detenção, além dos punidos com reclusão, se for a única forma de se produzir a prova.</p>	<p>19. Em relação à representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada,</p> <p>(A) o Código de Processo Penal permite a retratação até o recebimento da denúncia.</p> <p>(B) o Código de Processo Penal prevê prazo decadencial de seis meses, contado a partir da data do fato.</p> <p>(C) o ofendido precisa, quando representar, indicar os nomes de todos os possíveis autores do crime, se conhecidos, sob pena de haver renúncia tácita.</p> <p>(D) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça vêm adotando posição rigorosa quanto ao formalismo da representação.</p> <p>(E) o Supremo Tribunal Federal fixou orientação de que os direitos de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.</p>
<p>16. O juiz recebe a denúncia por crime contra a honra de funcionário público cometido por meio de imprensa. Em outra hipótese de crime contra a honra por meio de imprensa, a denúncia é rejeitada. Contra as decisões, caberão, respectivamente,</p> <p>(A) recurso em sentido estrito e apelação.</p> <p>(B) revisão criminal e agravo de instrumento.</p> <p>(C) apelação e recurso em sentido estrito.</p> <p>(D) carta testemunhável e mandado de segurança.</p> <p>(E) agravo de instrumento e carta testemunhável.</p>	<p>20. Em caso de conexão ou continência,</p> <p>(A) prevalece, no concurso entre jurisdições da mesma categoria, como primeiro critério de preponderância, o do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.</p> <p>(B) não prevalece a regra geral da unidade do processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a jurisdição militar.</p> <p>(C) não prevalece, segundo orientação consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a competência da Justiça Federal sobre a da Justiça Estadual.</p> <p>(D) prevalece, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, a competência do júri sobre a competência por prerrogativa de função do Tribunal de Justiça, para julgar promotor de justiça que cometeu homicídio.</p> <p>(E) a prevalência será determinada segundo critérios de conveniência e oportunidade no concurso de jurisdições de mesma categoria se não for resolvida por critérios de gravidade do crime e de número de infrações.</p>
<p>17. O recebimento de denúncia por crime falimentar</p> <p>(A) não obsta qualquer concordata.</p> <p>(B) obsta a concordata preventiva.</p> <p>(C) obsta a concordata suspensiva.</p> <p>(D) obsta a concordata preventiva e a suspensiva.</p> <p>(E) pode obstar a concordata preventiva ou suspensiva se for acolhido pedido formulado pela acusação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>MEDICINA LEGAL</b></p> <p>21. Quanto aos documentos médico-legais, é correto dizer que</p> <p>(A) a notificação às autoridades competentes sobre moléstias infecto-contagiosas e doenças do trabalho não se inclui entre eles, por ser facultativa em respeito à regra do sigilo profissional.</p> <p>(B) o relatório, que pode ser um auto ou um laudo, é o documento médico-legal por excelência e dele devem constar, exclusivamente, o histórico, os quesitos e suas respostas objetivas.</p> <p>(C) os atestados em geral, também chamados de certificados médicos, não têm nenhum interesse para a medicina legal, visto que são atos espontâneos praticados pelo profissional.</p> <p>(D) o atestado de óbito somente se enquadra na categoria de documento médico-legal quando assinado por médico-legista no exercício de sua função oficial.</p> <p>(E) o depoimento oral é um deles, quando o perito é chamado a prestar esclarecimentos sobre o laudo, seja explicando a terminologia técnica, seja respondendo objetivamente às perguntas formuladas.</p>
<p>18. Durante a execução da pena privativa de liberdade, o sentenciado</p> <p>(A) poderá remir a pena na proporção de um dia para cada cinco trabalhados.</p> <p>(B) não poderá postular progressão de regime sem estar representado por advogado.</p> <p>(C) poderá interpor agravo de decisões proferidas pelo juiz da execução penal, não tendo o recurso efeito suspensivo.</p> <p>(D) não poderá manter contato com o mundo exterior, a não ser quando expressamente autorizado pelo juiz.</p> <p>(E) não poderá obter permissão de saída se estiver em regime fechado.</p>	

<p>22. As energias que atuam também por percussão, tração, compressão, sucção, deslizamento e distensão são as</p> <p>(A) mecânicas.</p> <p>(B) químicas.</p> <p>(C) físicas.</p> <p>(D) biodinâmicas.</p> <p>(E) físico-químicas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO CIVIL</b></p> <p>26. Lúcio, para esconder receitas oriundas de venda e compra de imóveis, negociava-os em nome de seu amigo Ângelo, usando-o como "laranja" ou "testa de ferro". Em cada contrato, o ato jurídico foi viciado</p> <p>(A) pela simulação, podendo ser anulado a requerimento de quem tenha legítimo interesse.</p> <p>(B) pela simulação e não gera nenhum efeito, porque é nulo de pleno direito.</p> <p>(C) pelo dolo, em face da má-fé de Lúcio e de Ângelo, causa de sua nulidade.</p> <p>(D) pelo dolo de Lúcio e pela ignorância de Ângelo, considerando-se inexistente.</p> <p>(E) pela coação irresistível de Lúcio sobre Ângelo, sem a qual ele não subscreveria os atos necessários.</p>
<p>23. Com relação à perícia médico-legal relativa ao infanticídio, no exame da mulher acusada, NÃO é fundamental averiguar se ela</p> <p>(A) tem lembrança do ocorrido por ocasião do termo da gravidez ou simula ignorá-lo.</p> <p>(B) é portadora de antecedentes psicopáticos, agravados pela gestação, pelo parto e pelo puerpério.</p> <p>(C) está arrependida o bastante para se concluir que não voltará a delinquir.</p> <p>(D) passou recentemente por trabalhos de parto e em quais circunstâncias o mesmo ocorreu.</p> <p>(E) escondeu, ou não, o filho morto.</p>	
<p>24. Maicon casou-se com Natalina, vindo-se a saber, todavia, que ele é surdo-mudo e não poderia exprimir sua vontade, sendo o casamento anulável. Em ação de anulação de casamento, a perícia médico-legal tem por objeto</p> <p>(A) somente o que for requerido pelas partes, porque nessa ação nenhuma perícia é obrigatória.</p> <p>(B) verificar se os cônjuges mantiveram relações sexuais, consumando, dessa forma, o casamento.</p> <p>(C) apurar se a condição de surdo-mudo de Maicon é permanente, não podendo ser revertida.</p> <p>(D) aquilatar, quanto à possibilidade de exprimir a vontade, o estado de Maicon ao tempo da celebração.</p> <p>(E) pesquisar se Natalina tinha ciência do impedimento e, nesse caso, agiu de má-fé.</p>	<p>28. Émerson, maior de idade e necessitado, pediu alimentos a seu pai, Cléber, que nunca lhe pagou nada a esse título. Na contestação, Cléber alegou renúncia aos alimentos, pois nunca lhe foram cobrados, e, em assim não sendo, prescrição dos valores. Nesse caso, é importante lembrar que</p> <p>(A) os alimentos são irrenunciáveis, assim como as verbas alimentares são imprescritíveis.</p> <p>(B) deixar de exercer o direito de pedir alimentos induz sua renúncia, além do que não se cobra parcela atrasada a título de alimentos.</p> <p>(C) os alimentos são irrenunciáveis, mas quem viveu até agora sem as parcelas atrasadas já decaiu do direito de cobrá-las.</p> <p>(D) não ocorreu a renúncia aos alimentos, que deve sempre ser expressa, e que as verbas alimentares não renunciadas são imprescritíveis.</p> <p>(E) os alimentos são irrenunciáveis e a prescrição ocorre em cinco anos, mês a mês.</p>
<p>25. Foi encontrado um cadáver de um adulto do sexo masculino, sem identificação, já com mancha verde abdominal e flacidez generalizada. Apenas por essas características, pode-se concluir que a morte se deu</p> <p>(A) entre 8 e 12 horas.</p> <p>(B) entre 12 e 24 horas.</p> <p>(C) entre 18 e 36 horas.</p> <p>(D) entre 36 e 48 horas.</p> <p>(E) há mais de 48 horas.</p>	

<p>29. Ronaldo pretendia ajuizar ação de investigação de paternidade contra Édison, que há 25 anos conhecia como seu suposto pai. Sabendo-se que Édison morreu ontem, no estado de casado no regime da comunhão universal de bens e que deixou dois filhos, Ronaldo</p> <p>(A) não mais pode postular o reconhecimento, porque a filiação é um direito personalíssimo que se extinguiu com a morte de Édison.</p> <p>(B) deve propor a ação contra os herdeiros de Édison para demandar o reconhecimento da filiação.</p> <p>(C) tinha contra si a prescrição do direito de pleitear a investigação da paternidade pelo decurso de mais de vinte anos.</p> <p>(D) só pode propor ação de investigação de paternidade contra os herdeiros de Édison se provar que a prescrição não ocorreu, em virtude de suspensão ou interrupção.</p> <p>(E) pode propor a ação contra a viúva de Édison e demandar o reconhecimento da paternidade.</p>	<p>32. Luís teve três filhos: Edílson, Rogério e José. Os filhos deram a Luís, respectivamente, os netos Edílson Júnior, Rogério Júnior e José Júnior. Edílson matou o irmão Rogério e, no dia seguinte, matou também Luís e teve sua indignidade declarada por sentença. Na sucessão de Luís concorrem</p> <p>(A) Edílson Júnior, por direito de representação, e José; Rogério era pré-morto.</p> <p>(B) Edílson, Rogério Júnior e José, o segundo por direito de representação.</p> <p>(C) Rogério Júnior, por direito de representação, e José; o indigno não herda nem é representado.</p> <p>(D) José, unicamente; Edílson foi declarado indigno e Rogério era pré-morto.</p> <p>(E) Edílson Júnior, Rogério Júnior e José, os dois primeiros por direito de representação.</p>
<p>30. Os conviventes podem, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento,</p> <p>(A) dispensadas as formalidades usuais, salvo o decurso dos editais com prazo de 60 dias.</p> <p>(B) sendo, nesse caso, obrigatório o regime de separação total de bens.</p> <p>(C) independentemente de qualquer prova ou habilitação.</p> <p>(D) por requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio.</p> <p>(E) sendo desnecessário o assento e valendo a cópia autenticada do requerimento como certidão do casamento.</p>	<p>33. A Constituição Federal contempla uma figura de usucapião de área urbana que, diferentemente dos usucapiões ordinário e extraordinário do Código Civil, além de outros requisitos,</p> <p>(A) exige sua utilização para moradia do possuidor ou de sua família.</p> <p>(B) pode ser reconhecido ao possuidor, como direito, mais de uma vez.</p> <p>(C) tem por objeto imóveis públicos ou particulares.</p> <p>(D) incide sobre imóvel de, no máximo, quinhentos metros quadrados.</p> <p>(E) não pode ser deferido a duas pessoas, salvo se forem marido e mulher.</p>
<p>31. Meu pai legou-me em testamento sua bela fazenda, dentro das forças de sua metade disponível. Minha única irmã, de quem gosto muito, não apreciou o ato de liberalidade de meu pai e eu não quero magoá-la. Nesse caso,</p> <p>(A) posso recolher o legado e aceitar a herança apenas em pequena parte, de modo que eu e minha irmã recebamos bens de igual valor.</p> <p>(B) se eu rejeitar o legado, estarei também repudiando, automaticamente, a herança.</p> <p>(C) posso repudiar o legado e aceitar a herança em igualdade de condições à minha irmã.</p> <p>(D) o legado e a herança têm a mesma natureza e, portanto, o mesmo destino: aceitação ou renúncia.</p> <p>(E) a aceitação da herança é um direito do herdeiro, mas o legado não é repudiável.</p>	<p>34. Minha cachorrinha Cindy fugiu e publiquei anúncio dizendo que daria quinhentos reais para quem a encontrasse e me devolvesse. Osvaldo, pessoa muito rica, encontrou-a e devolveu-me. Nesse caso,</p> <p>(A) não se configura a obrigação unilateral, porque esta implica promessa solene e formal.</p> <p>(B) posso recompensar Osvaldo com o valor que quiser, porque a promessa não gera obrigação.</p> <p>(C) não estou obrigado ao pagamento, porque Osvaldo é pessoa rica e não agiu movido pela recompensa.</p> <p>(D) tenho a obrigação de pagar o valor prometido, porque me comprometi àquele pagamento.</p> <p>(E) não se trata de obrigação unilateral, porque está ausente o requisito da aceitação expressa.</p> <p>35. Realizei meu sonho comprando uma casa, recebi a escritura de venda e compra e levei-a para registrar. Como o Oficial fez algumas exigências, que achei descabidas, requeri que ele suscitasse dúvida para que o juízo competente a dirimisse. Nesse caso,</p> <p>(A) o oficial providenciará a prenotação do título pelo prazo máximo de trinta dias.</p> <p>(B) a decisão terá natureza administrativa e não impedirá o uso do processo contencioso adequado.</p> <p>(C) eu posso contestar a dúvida perante o juízo, no prazo de dez dias contados de minha citação.</p> <p>(D) o Ministério Público será ouvido no prazo de dez dias, mas não poderá recorrer da decisão.</p> <p>(E) eu posso produzir livremente as provas pertinentes e permitidas em direito.</p>

## DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR

36. No que tange à duplicata mercantil, diz-se que

- (A) são requisitos facultativos da duplicata, entre outros, a praça de pagamento e a cláusula à ordem.
- (B) a emissão da duplicata é sempre obrigatória, enquanto a extração da fatura é facultativa.
- (C) a emissão de triplicata é obrigatória, mas a duplicata é título de emissão facultativa.
- (D) o aceite da duplicata não é compulsório, porque o comprador poderá deixar de aceitá-la por qualquer motivo comercial.
- (E) é obrigatório que a duplicata seja garantida por aval e que o pagamento seja feito somente após o aceite.

37. Na execução, NÃO é motivo para que o juiz desconsidere a personalidade jurídica quando

- (A) houver apenas percalços econômico-financeiros da empresa, mesmo que decorrente de inabilidade administrativa.
- (B) ocorrer abuso de direito, excesso de poder, fato ou ato ilícito por parte dos sócios da empresa.
- (C) for constatada violação dos estatutos ou do contrato social pelos sócios em detrimento do consumidor.
- (D) ocorrer a insolvência ou encerramento da pessoa jurídica provocada por má administração.
- (E) sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízo causado ao consumidor.

38. Em tema de sociedades anônimas, considere o que segue:

- I. A Companhia cria, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, que garantem aos seus titulares direito de participação eventual nos lucros anuais dessa empresa.
- II. A Companhia emite títulos nominativos que conferirão a seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.
- III. Os títulos negociáveis, emitidos pelas Companhias de capital autorizado, conferindo a seus titulares, nas condições mencionadas no respectivo certificado, direito de subscrever ações do capital social.

Esses títulos referem-se, respectivamente,

- (A) às ações ao portador, às ações nominativas, e às partes beneficiárias.
- (B) aos bônus de subscrição, aos *commercial paper*, e às debêntures.
- (C) às debêntures, às ações endossáveis, e às ações escriturais.
- (D) às partes beneficiárias, às debêntures, e aos bônus de subscrição.
- (E) aos *commercial paper*, às ações escriturais, e às ações endossáveis.

39. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é certo que essas quotas

- (A) asseguram que a regra da limitação da responsabilidade dos quotistas seja absoluta, tanto civil, como comercialmente.
- (B) serão representadas pela entrada, exclusivamente, de dinheiro de contado para a instituição do capital social.
- (C) conferirão ao cotista, ao serem integralizadas por ele, apenas o direito à percepção de lucros e à partilha da massa residual.
- (D) em nada se identificam com as ações das Companhias por não ser possível adotar a divisão do capital social em quotas do mesmo valor nominal.
- (E) têm natureza bifrontal, encerrando um direito patrimonial e um direito pessoal do sócio quotista.

40. Tendo sido decretada a falência de uma empresa, entre os efeitos decorrentes, estão aqueles quanto aos bens do falido. Nesse caso,

- (A) o falido perde a disposição, a administração, bem como a propriedade de seus bens.
- (B) o falido não perde a propriedade de seus bens, apenas perdendo a disposição e a administração deles.
- (C) serão também passíveis de arrecadação os bens dotais e os particulares da mulher do falido.
- (D) a impenhorabilidade se extingue, sendo lícita a arrecadação dos bens encontrados nessa qualidade.
- (E) serão atingidos todos os bens do devedor, salvo direitos e ações existentes na época de sua decretação e os adquiridos no curso do processo.

41. Tendo em vista o processo de verificação e classificação dos créditos, analise o que segue:

- I. Na sentença declaratória da falência, o juiz marcará o prazo de 15 (quinze) dias, no mínimo, e de 30 (trinta), no máximo, para os credores apresentarem a relação detalhada de seus créditos.
- II. O credor que não se habilitar no prazo determinado pelo juiz, não poderá mais declarar o seu crédito, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- III. A audiência de verificação de créditos será iniciada pela realização das provas determinadas, que obedecerão à seguinte ordem: depoimentos do impugnante e do impugnado, declarações do falido e inquirição das testemunhas.
- IV. Da sentença do juiz, na verificação do crédito, cabe apelação ao prejudicado, ao síndico, ao falido e a qualquer credor, ainda que não tenha sido impugnado.

Diante disso, são corretos APENAS

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

42. São modalidades de concordata preventiva, pertinentes à forma de pagamento, a

- (A) remissória, a dilatória e a remissória-dilatatória.
- (B) moratória, a remissória e a suspensiva.
- (C) dilatória, a remissória-moratória e a amigável.
- (D) suspensiva, a mista e a remissória.
- (E) mista, a amigável e a moratória.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

43. Nos processos de execução por quantia certa contra devedor solvente, a teoria da desconsideração da pessoa jurídica pode ser aplicada
- (A) para admitir que a sociedade irregularmente constituída integre o pólo passivo da demanda.
  - (B) para admitir que o patrimônio individual do sócio responda pela dívida da sociedade.
  - (C) quando inviabilizada a citação pessoal do representante legal da sociedade.
  - (D) para permitir que o credor tenha a alternativa de endereçar a execução contra o sócio (pessoa física) ou a sociedade (pessoa jurídica).
  - (E) para justificar a extinção da execução, sem julgamento do mérito, pelo Juízo por falta de uma das condições da ação.

44. A tutela antecipada, tal como prevista no Código de Processo Civil, pode ser deferida
- (A) só no caso de desnecessidade de dilação probatória.
  - (B) só se o autor prestar caução para garantir eventuais danos do réu, no caso de ser julgada improcedente a demanda.
  - (C) de ofício, se caracterizados o *periculum in mora* e *fumus boni juris*.
  - (D) no corpo da sentença que julgar o mérito da causa.
  - (E) em favor de quaisquer das partes.

45. A prova emprestada é admitida
- (A) expressamente pelo Código de Processo Civil como um dos meios de que dispõe a parte para demonstrar seu direito.
  - (B) quando a parte demonstrar sua relevância para o julgamento da causa.
  - (C) apenas quando feita em (outro) processo extinto com julgamento do mérito da causa.
  - (D) mesmo que feita sem a participação da parte contra quem deve operar.
  - (E) apenas quando colhida com a participação da parte contra quem deve operar.

46. Os embargos de terceiro NÃO podem ser
- (A) opostos por quem é parte no feito principal.
  - (B) opostos contra ato judicial emanado de ação de conhecimento.
  - (C) objeto de reconvenção.
  - (D) opostos se houver apenas ameaça aos alegados direitos do embargante sobre o bem objeto de apreensão judicial.
  - (E) opostos depois de proferida sentença no feito principal.

47. A sentença que decretar a interdição
- (A) pode ser desconstituída através de ação rescisória.
  - (B) pode ser modificada pelo Juiz, independentemente de não ter sido interposto recurso.
  - (C) pode ser atacada por terceiros que tenham interesse na validade dos atos daquele que foi declarado incapaz.
  - (D) não pode ser objeto de recurso do Ministério Público.
  - (E) surte efeito depois do seu trânsito em julgado.

48. Na ação de separação consensual
- (A) o cônjuge pode ser representado por curador nomeado pelo Juiz no próprio processo de separação.
  - (B) os cônjuges podem se fazer representar através de procurador com poderes especiais.
  - (C) o cônjuge interdito pode se fazer representar pelo outro, se tiver sido nomeado seu curador.
  - (D) os cônjuges só podem se fazer representar pessoalmente.
  - (E) o cônjuge pode ser representado por qualquer parente, desde que sucessível.

49. A medida cautelar de separação de corpos NÃO
- (A) pode ser requerida por ambos os cônjuges conjuntamente.
  - (B) pode ser requerida antes do prazo legal que viabiliza a separação consensual.
  - (C) pode ser requerida pelos concubinos.
  - (D) exime os cônjuges do dever de fidelidade.
  - (E) tem influência sobre os bens dos cônjuges, seja qual for o regime matrimonial por eles adotado no casamento.

50. Na ação de mandado de segurança é cabível
- (A) o pedido contra hospital particular.
  - (B) o pedido de suspensão de sentença proferida em outro mandado de segurança.
  - (C) a aplicação do princípio *jura novit curia*.
  - (D) denegar a ordem a despeito de o impetrado ser revel.
  - (E) ordem do Juiz para determinar a realização de prova não requerida pelo impetrante.

51. Nos autos de ação cautelar preparatória de arresto, o juiz
- (A) não pode conceder a medida independentemente de justificação prévia.
  - (B) só pode conceder a medida se o requerente demonstrar ser portador de título líquido, certo e exigível.
  - (C) pode converter a medida em penhora.
  - (D) não pode conceder a medida se o autor fundar seu direito em título extrajudicial.
  - (E) só pode conceder a medida se o credor prestar caução real ou fidejussória.

52. A ação especial de alimentos NÃO pode ser ajuizada
- (A) pelo menor em face do espólio do indigitado pai.
  - (B) pela nora em face dos sogros.
  - (C) pelo filho menor adulterino em face dos filhos legítimos do indigitado pai.
  - (D) pelo pai em face da filha casada que dependa economicamente do marido.
  - (E) pela mulher que, mesmo separada de fato do marido, permaneça vivendo no domicílio do casal.

## DIREITO ACIDENTÁRIO

53. É certo que prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data
- (A) em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes.
  - (B) do acidente, a ação referente à prestação por acidente do trabalho, quando dele resultar a incapacidade permanente, verificada esta em perícia médica judicial, abrangendo o direito de incapazes e ausentes.
  - (C) em que for reconhecida pela Previdência Social, a ação referente à prestação por acidente do trabalho, quando resultar incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica oficial, salvo o direito dos menores.
  - (D) do acidente, a ação referente à prestação por acidente do trabalho, de que resultar o agravamento das seqüelas do acidente, verificada esta em perícia médica judicial, salvo o direito de menores e ausentes.
  - (E) em que for reconhecida pela Previdência Social, a ação referente à prestação por acidente do trabalho, quando resultar morte, verificada esta em perícia médica oficial, abrangendo o direito de menores, incapazes e ausentes.

54. NÃO é equiparado ao acidente do trabalho, mas é considerada doença do trabalho, respectivamente, o acidente sofrido pelo segurado
- (A) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito, ainda que fora do local e horário de trabalho; e qualquer doença, mesmo que não produza incapacidade laborativa.
  - (B) no local e no horário de trabalho, em conseqüência de ato de imprudência, negligência ou imperícia de terceiro ou companheiro de labor; e qualquer doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
  - (C) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa, ainda que fora do local e horário de labor; e a doença degenerativa constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
  - (D) por doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e a doença inerente a qualquer espécie de grupo etário constante ou não da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
  - (E) ainda que fora do local e horário de trabalho, por ato de sabotagem ou terrorismo, ou qualquer motivo mesmo não relacionado ao labor; e a doença adquirida em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

55. Quanto aos benefícios da Lei 8.213/91, considere o que segue:

- I. O concedido, como indenização ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- II. O devido, uma vez cumprida a carência devida nessa Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ou mental, durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme dispuser a lei.
- III. O devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nessa Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos.

Esses benefícios previdenciários referem-se, respectivamente,

- (A) à aposentadoria por invalidez; à aposentadoria especial; e ao auxílio-acidente.
- (B) ao auxílio-doença; à aposentadoria por invalidez; e ao auxílio-acidente.
- (C) à aposentadoria especial; à aposentadoria por invalidez; e ao auxílio-doença.
- (D) ao auxílio-acidente; à aposentadoria especial; e ao auxílio-doença.
- (E) ao auxílio-acidente; ao auxílio-doença; e à aposentadoria especial.

56. Nas lides acidentárias, é certo que o Ministério Público

- (A) oficiará somente como *custos legis* em face da qualidade da parte (hipossuficiente) e do interesse público existente (patrimônio de uma coletividade).
- (B) poderá funcionar na qualidade de *custos legis*, se for o caso, ou propor em nome do acidentado a ação própria em busca de benefícios acidentários ou por diferenças entre os mal concedidos.
- (C) funcionará apenas como parte, porque tem obrigação de propor ação acidentária conjuntamente com o acidentado, devendo assisti-lo até o final do processo.
- (D) prestará assistência exclusivamente extrajudicial, orientando o acidentado e seus dependentes, sendo-lhe vedado atuar em juízo por ser matéria privativa de advogado constituído.
- (E) poderá escolher sua forma de atuação, em conformidade com suas atribuições elencadas na lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, mas não poderá recorrer, por estar previsto o recurso *ex officio*.

57. No que se refere aos litígios e medidas cautelares relativos a acidente de trabalho, é correto afirmar que, na via judicial,
- (A) serão apreciados pela Justiça dos Estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumário, inclusive durante as férias forenses.
  - (B) poderá ser dispensada a prova pericial médica na audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento.
  - (C) a Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social dispõe expressamente sobre a ação revisional acidentária, e revoga disposições da lei processual civil.
  - (D) a competência é sempre do domicílio do acidentado ou de seu beneficiário, não podendo, em nenhum caso ser afastada pela vontade da parte.
  - (E) não se admite a antecipação da prova pericial médica nessas causas porque o segurado pode não apresentar o mesmo estado de saúde.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

58. Ocorre o controle judicial difuso da constitucionalidade de uma lei quando
- (A) o plenário de um Tribunal, pelo quorum mínimo de dois terços de seus membros, acolhe arguição de inconstitucionalidade.
  - (B) uma turma julgadora, por maioria absoluta, acolhe arguição de inconstitucionalidade.
  - (C) qualquer juiz, em primeira instância, acolhe arguição incidental de inconstitucionalidade.
  - (D) qualquer dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nas funções de Corte Constitucional, declarar a inconstitucionalidade.
  - (E) uma seção julgadora, pelo quorum mínimo de dois terços de seus membros, acolhe arguição de inconstitucionalidade.

59. Quanto à aplicabilidade das normas de um novo texto constitucional promulgado, pode-se dizer que uma norma tem eficácia
- (A) contida quando o constituinte regula e contém integralmente uma determinada matéria, sem deixar margem à atuação restritiva ou discricionária do Poder Público.
  - (B) limitada em seus princípios programáticos quando independem de ações metajurídicas para sua implementação.
  - (C) limitada em seus princípios institutivos quando estrutura órgãos ou institutos sem depender da lei ordinária.
  - (D) plena quando produz todos os seus efeitos tão logo esteja em vigor, independentemente de sua regulamentação.
  - (E) relativa restringível quando o legislador ordinário pode restringi-la sem qualquer limite, até mesmo a ponto de cancelá-la.

60. A Constituição considerava que uma determinada matéria podia ser regulada por lei ordinária, sendo certo que a nova Constituição exige lei complementar. Nesse caso, a lei ordinária votada sob a vigência do anterior texto constitucional é considerada, havendo compatibilidade com o texto atual,
- (A) revogada, por inconstitucionalidade material, uma vez que essa matéria só pode ser regulada por lei complementar.
  - (B) revogada, por defeito formal, devendo uma lei complementar ser votada com preferência absoluta de tramitação pelo Congresso Nacional.
  - (C) reprimada, visto que, mesmo votada em época anterior à Constituição, mantém sua vigência por não conflitar com o novo texto.
  - (D) recepcionada, porque recebida pela Constituição nova, mas será sempre uma lei ordinária e por outra lei ordinária poderá ser revogada.
  - (E) recepcionada, agora com *status* de lei complementar, tanto que só poderá ser revogada por uma lei desse tipo.

61. O constituinte brasileiro iniciou a redação da Constituição Federal com um Preâmbulo, cuja força obrigatória é
- (A) ausente e de nenhuma utilidade, tanto que, no dizer do Preâmbulo, a Constituição é promulgada "sob a proteção de Deus" e o Estado brasileiro é laico.
  - (B) inerente a ele e a coercibilidade é a regra para todas as normas previstas em uma Constituição.
  - (C) ausente, destinando-se a indicar a intenção do constituinte, mas deve ser levado em conta quando da interpretação nas normas.
  - (D) presente, sendo a mesma de toda norma constitucional, com a observação de que se trata de uma norma cogente de eficácia plena.
  - (E) exacerbada, visto que o Preâmbulo é o resumo das normas constitucionais, garantindo, por si só e sob a proteção de Deus, sua eficácia normativa.

62. Rebeca, brasileira nata, casou-se em país estrangeiro com um natural de lá. Sabendo-se que a lei estrangeira concede automaticamente a nacionalidade local em virtude do casamento, Rebeca
- (A) não perderá a nacionalidade brasileira, porque assumiu a outra nacionalidade como condição para o exercício do direito ao casamento.
  - (B) perderá a nacionalidade brasileira, porque, ao se casar, adquiriu, espontaneamente, aquela outra nacionalidade.
  - (C) só não perderá a nacionalidade brasileira se vier a residir no Brasil dentro do prazo improrrogável de dois anos.
  - (D) perderá a nacionalidade brasileira, porque adquiriu conscientemente a outra nacionalidade, não se tratando de imposição de naturalização.
  - (E) só perderá a nacionalidade brasileira durante o tempo em que mantiver domicílio fora do Brasil.

<p>63. A instituição que representa a União em juízo; aquela outra que tem a incumbência da orientação jurídica e defesa dos necessitados; e, por último, aquela a quem incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, são, respectivamente,</p> <p>(A) a Consultoria-Geral da República, o Ministério Público e o Ministério da Justiça.</p> <p>(B) a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública e o Ministério Público.</p> <p>(C) o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e o Ministério da Justiça.</p> <p>(D) a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da União e o Ministério Público.</p> <p>(E) o Ministério Público Federal, o Ministério Público e a Consultoria-Geral da República.</p>	<p>66. A atual Constituição Federal inovou, buscando assegurar os direitos sociais das pessoas idosas. Expressamente para a política nacional do idoso, este é considerado como a pessoa com idade superior a</p> <p>(A) 55 anos.</p> <p>(B) 60 anos.</p> <p>(C) 65 anos.</p> <p>(D) 70 anos.</p> <p>(E) 75 anos.</p>
<p>64. A União tem competência para emitir moeda. Essa competência é exercida, com exclusividade,</p> <p>(A) pelo Banco Central, toda vez que o Tesouro Nacional precise tomar, direta ou indiretamente, empréstimos para cobertura de déficit.</p> <p>(B) pelo Ministério da Fazenda, com utilização da Casa da Moeda, sempre sob fiscalização do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(C) pela Casa da Moeda, que age autorizada pelo Banco Central e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) pelo Banco Central, que pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda.</p> <p>(E) pelo Ministério da Fazenda, através do Banco Central, sempre que o Tesouro Nacional necessite cobrir déficit orçamentário.</p>	<p>67. Ribamar, mesmo sabendo que no Brasil o serviço militar é obrigatório, recusou-se a prestá-lo, alegando escusa de consciência em razão de sua crença religiosa. Nesse caso,</p> <p>(A) terá seus direitos políticos suspensos, se recusar cumprir prestação alternativa.</p> <p>(B) nada lhe poderá ser exigido, porque a liberdade de crença religiosa é um dos postulados da Constituição Federal.</p> <p>(C) sofrerá cassação de seus direitos políticos durante o prazo em que perdurar sua recusa de cumprir a obrigação exigida de todos.</p> <p>(D) a escusa de consciência não será cabível porque a obrigação é geral e atinge a todos os brasileiros do sexo masculino.</p> <p>(E) poderá cumprir uma prestação alternativa, mas não se eximirá da suspensão de seus direitos políticos.</p>
<p>65. Em se tratando da política de desenvolvimento urbano, que deve ser executada pelo poder público municipal, é INCORRETO que</p> <p>(A) a subutilização de solo urbano pode dar causa, em determinadas circunstâncias e atendidos certos parâmetros, à desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.</p> <p>(B) o pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro é requisito normal para a realização das desapropriações de imóveis urbanos.</p> <p>(C) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.</p> <p>(D) o proprietário do solo urbano não edificado, se atendidas circunstâncias exigidas no plano diretor e na lei específica, pode sofrer a sanção de edificação compulsória.</p> <p>(E) o plano diretor, a ser aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório somente para cidades com mais de cinquenta mil habitantes.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b></p> <p>68. Em matéria de gestão fiscal, que deve ser observada pelo Poder Público, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), diz-se que</p> <p>(A) não integra a receita corrente líquida, que deve ser arrecadada em doze meses, entre outras, a receita industrial, a exemplo da extração mineral, a receita agropecuária, como a silvicultura, e a receita de serviços diversos, a título de armazenagem.</p> <p>(B) a transparência dessa gestão patrimonial será assegurada pelos órgãos públicos e pelos meios eletrônicos de acesso público, vedado o incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas.</p> <p>(C) a renúncia de receita compreende, dentre outras, o crédito presumido, o subsídio e a modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.</p> <p>(D) constituem requisitos essenciais da responsabilidade dessa gestão fiscal a instituição, a imunidade, a arrecadação, a isenção de caráter geral dos impostos, excluídas as taxas e as contribuições de melhoria e sociais.</p> <p>(E) o Poder Executivo, a seu critério, poderá colocar à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, em qualquer momento, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, e as memórias de cálculo, salvo a receita corrente líquida.</p>

<p>69. Tendo em vista o Sistema Tributário Nacional, considere os princípios abaixo:</p> <p>I. Os princípios da capacidade contributiva e da proibição do confisco têm o mesmo significado face ao idêntico fundamento constitucional.</p> <p>II. A possibilidade de a União instituir isenção de tributos dos Estados e Municípios, nos casos de relevância e interesse público, não ofende o princípio da uniformidade da tributação.</p> <p>III. No direito positivo brasileiro, a aplicação do princípio da anterioridade da lei tributária é regra, sendo exceção os tributos não sujeitos a tal princípio.</p> <p>IV. Atendendo ao princípio da liberdade de tráfego, os titulares de competência tributária não podem, de regra, estabelecer limites ao fluxo de pessoas ou mercadorias por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.</p> <p>V. O princípio da uniformidade geográfica, por guardar semelhança com o princípio da igualdade, não comporta qualquer atenuação ou exceção em sua aplicabilidade.</p> <p>Diante disso, APENAS são corretos</p> <p>(A) I e II.  (B) I e V.  (C) II e III.  (D) III e IV.  (E) IV e V.</p>	<p>72. É certo que o depósito do montante integral do crédito tributário</p> <p>(A) pode ser anterior ou posterior à constituição definitiva do crédito tributário.</p> <p>(B) é obrigatório, constituindo condição para que o sujeito passivo possa impugnar a exigência fiscal.</p> <p>(C) caracterizando um ingresso, constitui também receita pública, salvo se for convertido em pagamento.</p> <p>(D) só pode ser feito por ação cautelar, sendo incabível sua realização nos autos da ação principal.</p> <p>(E) poderá ser convertido na dação em pagamento, resultando na exclusão do crédito tributário.</p>
<p>70. João e Maria compraram um apartamento de 150 m<sup>2</sup>, e respectiva vaga na garagem, pelo preço de R\$ 60.000,00, cujos proprietários eram Paulo e Sílvia. O imóvel situa-se em Recife, mas a escritura de venda e compra foi lavrada no Tabelião de Caruaru, onde foi feito o pagamento do negócio, e também local de domicílio e residência dos compradores e vendedores. Nesse caso, considerando o fato gerador da obrigação principal, terá incidência o imposto sobre</p> <p>(A) crédito, títulos e valores imobiliários, que poderá ser recolhido em Recife ou Caruaru.</p> <p>(B) propriedade predial territorial urbana, que poderá ser recolhido em Recife ou Caruaru.</p> <p>(C) renda e proventos de qualquer natureza, que deverá ser recolhido em Recife.</p> <p>(D) serviços de qualquer natureza, que deverá ser recolhido em Caruaru.</p> <p>(E) transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, de bem imóvel, que deverá ser recolhido em Recife.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b></p> <p>73. Dentre outros, são fatos jurídicos que podem extinguir os contratos administrativos,</p> <p>(A) o desaparecimento do objeto e a rescisão contratual de qualquer modalidade.</p> <p>(B) as rescisões contratuais de ordem administrativa, jurídica e consensual.</p> <p>(C) o exaurimento do prazo e o desaparecimento do contratante particular.</p> <p>(D) a rescisão contratual de qualquer espécie e o cumprimento do objeto.</p> <p>(E) a ocorrência da <i>exceptio non adimpleti contractus</i> e a rescisão decretada pelo Judiciário.</p>
<p>71. Em tema de responsabilidade tributária é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a sucessão pode ocorrer sobre bens, denominada responsabilidade por sucessão real.</p> <p>(B) inexistente diferença entre responsabilidade por transferência e por substituição.</p> <p>(C) a responsabilidade por transferência pode dar-se também por subsidiariedade.</p> <p>(D) a prática de ato com excesso de poderes ou infração de lei também resulta em responsabilidade por substituição.</p> <p>(E) o espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo <i>de cuius</i> até a data da abertura da sucessão.</p>	<p>74. Em matéria de licitações públicas, é certo que</p> <p>(A) a circunstância de fato encontrada na pessoa com quem se quer contratar, que impede o certame, caracteriza a licitação denominada dispensável.</p> <p>(B) a licitação, cuja hipótese recebe as denominações de dispensada, dispensável e inexigível, têm o mesmo significado e procedimento, produzindo os mesmos efeitos.</p> <p>(C) a desnecessidade de ato prévio da Administração Pública para licitar caracteriza a licitação inexigível, porque a obrigação de licitar vem excluída por força de lei.</p> <p>(D) à Administração Pública cabe ajuizar, a cada caso, da conveniência e oportunidade da dispensa, quando se tratar de licitação considerada dispensada.</p> <p>(E) na licitação dispensável ou na inexigível, dentro das hipóteses cabíveis, a exclusão da obrigação de licitar exige um prévio ato da Administração Pública.</p>

<p>75. A expressão Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional, designa a natureza da atividade exercida pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos. Nesse sentido, a Administração Pública é a própria função administrativa. Portanto, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) está a referida função administrativa sob regime prevalente de direito público, porque o ente público também pratica atos de direito privado, quando a isso esteja autorizado por lei.</p> <p>(B) está presente a possibilidade de Legislativo e Judiciário também praticarem função administrativa atipicamente, bem como outras pessoas jurídicas, a exemplo das concessionárias de serviço público.</p> <p>(C) está contida nessa função administrativa a possibilidade da edição de atos gerais, tais como os decretos regulamentadores, como também e principalmente, de atos individuais.</p> <p>(D) os atos praticados pela Administração Pública comportam revisão pelo Judiciário e pelo Legislativo que, em suas funções típicas, poderão sempre revogá-los com efeitos <i>ex nunc</i> ou <i>ex tunc</i>, respectivamente.</p> <p>(E) é ela exercida por meio de atos e comportamentos controláveis internamente e externamente pelo Legislativo, contando-se com o auxílio dos Tribunais de Contas.</p>	<p>78. Em sede de serviços públicos, considere as proposições abaixo:</p> <p>I. Os serviços públicos que atendem toda a população administrada, sem objetivar usuários determinados, denominam-se gerais e também divisíveis.</p> <p>II. A retomada do serviço, antes de concluído o prazo da concessão, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, caracteriza a encampação.</p> <p>III. O princípio que obriga a Administração Pública a oferecer aos usuários de seus serviços um bom tratamento, exigindo-se de quem presta esse serviço a urbanidade, sem o desdém daquele que o oferece, é conhecido por modicidade.</p> <p>IV. A incorporação dos bens da concessionária ao patrimônio do concedente, ao cabo da concessão, seja qual for a hipótese de extinção, diz respeito à reversão.</p> <p>Diante disso, APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>
<p>76. A disponibilidade do servidor público</p> <p>(A) dar-se-á somente quando o cargo for extinto ou declarada a sua desnecessidade, caso em que receberá a remuneração integral.</p> <p>(B) ocorre nos casos em que for extinto o cargo, declarada sua desnecessidade, ou for invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, mas tendo direito a remuneração proporcional.</p> <p>(C) acarreta seu desligamento definitivo do cargo, vedado seu reaproveitamento, devendo receber a mesma remuneração percebida na atividade.</p> <p>(D) é considerada uma forma inespecífica de aposentadoria, e em certos casos, um gênero de penalidade, mas sempre com remuneração integral.</p> <p>(E) dar-se-á somente quando for invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, mas com remuneração proporcional.</p>	<p>79. Considerando a exteriorização dos atos administrativos, existem fórmulas</p> <p>I. com que os agentes públicos procedem as necessárias comunicações de caráter administrativo ou social;</p> <p>II. segundo as quais os chefes do Poder Executivo veiculam atos administrativos de suas respectivas competências;</p> <p>III. de que se valem os órgãos colegiados para manifestar suas deliberações em assuntos da respectiva competência ou para dispor sobre seu funcionamento.</p> <p>Esses casos, dizem respeito, respectivamente,</p> <p>(A) aos correios eletrônicos (<i>e-mail</i>) oficiais, às circulares e às súmulas.</p> <p>(B) às intimações, às portarias e aos decretos legislativos.</p> <p>(C) às notificações, aos regimentos e aos regulamentos.</p> <p>(D) aos avisos, às medidas provisórias e às instruções normativas.</p> <p>(E) aos ofícios, aos decretos e às resoluções.</p>
<p>77. Em relação aos bens públicos, diz-se que</p> <p>(A) a desconsagração ou desafetação, em certos casos, pode decorrer de fato jurídico, ato administrativo ou lei.</p> <p>(B) a afetação, como a desafetação, também pode resultar de atos ou comportamentos dos administrados.</p> <p>(C) as operações de afetação e desafetação são de competência concorrente, permitindo sempre a interferência da entidade maior na menor.</p> <p>(D) quando se tratar de alienação dos bens de uso especial é dispensada a prévia desafetação.</p> <p>(E) os bens dominicais, se adquiridos sem qualquer finalidade, em nenhuma hipótese poderão ficar afetados ou consagrados.</p>	

## DIREITO ELEITORAL

80. Em eleição para prefeito, um candidato derrotado recorreu contra a diplomação do candidato eleito, alegando abuso do poder econômico. Esse recurso
- (A) é de iniciativa de Partido Político ou candidato concorrente, nunca do Ministério Público Eleitoral.
  - (B) não impede a atuação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido.
  - (C) deve ser único, razão pela qual a lei impede que o Ministério Público Eleitoral use de recurso no mesmo sentido.
  - (D) só pode ser usado pelo Ministério Público Eleitoral e pelos Partidos Políticos.
  - (E) deve ser processado independentemente do Ministério Público Eleitoral, que atua apenas até a proclamação dos resultados das urnas.

81. Muitas são as condições de elegibilidade que devem ser preenchidas para a participação política ativa e passiva. Rinaldo é oficial da Polícia Militar do Estado e conta mais de dez anos de serviço. Resolveu ser candidato a Deputado Estadual. Nesse caso, ele é
- (A) elegível e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
  - (B) inelegível, porque os policiais militares estaduais são inalistáveis.
  - (C) elegível e, se eleito, deverá permanecer afastado de suas funções até o término do mandato.
  - (D) inelegível, visto que o militar só pode ser candidato a cargo eletivo após vinte anos de serviço.
  - (E) elegível e só será afastado de suas funções se o requerer e não houver compatibilidade de horários.

82. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, que devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato, para veiculação de propaganda eleitoral,
- (A) depende tanto da obtenção de licença municipal como da autorização prévia da Justiça Eleitoral.
  - (B) depende de autorização prévia da Justiça Eleitoral, mas independe de licença municipal.
  - (C) depende da obtenção de licença municipal onde se der a distribuição, mas independe de autorização de Justiça Eleitoral.
  - (D) independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral.
  - (E) independe de qualquer autorização ou licença, mas o material a ser veiculado deve ser depositado no Cartório Eleitoral 24 horas antes da distribuição.

83. Quanto aos programas que são utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração das eleições, observe os seguintes itens:

- I. programas-fonte;
- II. sistema aplicativo;
- III. chaves eletrônicas privadas;
- IV. programas-executáveis;
- V. senhas eletrônicas de acesso;
- VI. sistema de segurança;
- VII. bibliotecas especiais.

Buscando aperfeiçoar o processo eleitoral mediante transparência, permanecem no sigilo da Justiça Eleitoral, não devendo ser apresentados para análise dos partidos e coligações, APENAS os itens

- (A) I e IV.
- (B) II e VI.
- (C) III e V.
- (D) III e VII.
- (E) V e VI.

84. Para dois crimes eleitorais diversos, estão cominadas as penas de "reclusão até 5 anos" e de "detenção até seis meses". As penas mínimas, nesses dois casos, entendese que devam ser de, respectivamente,

- (A) nove meses de reclusão e vinte dias de detenção.
- (B) seis meses de reclusão e dez dias de detenção.
- (C) três meses de reclusão e cinco dias de detenção.
- (D) dois anos de reclusão e trinta dias de detenção.
- (E) um ano de reclusão e quinze dias de detenção.

## DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

85. A sentença na ação civil pública, de que cuida a Lei nº 7.347/85, cujo objeto sejam os bens de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico, fará coisa julgada *erga omnes* nos casos de

- (A) improcedência por insuficiência de provas.
- (B) improcedência e nos limites da competência do órgão prolator.
- (C) procedência e nos limites da competência do órgão territorial do órgão prolator.
- (D) extinção do processo por ilegitimidade de parte.
- (E) falta de condições da ação.

86. Os interesses difusos a que se refere a Lei nº 7.347/85 (Ação Civil Pública), têm como características

- (A) o interesse coletivo e vínculo jurídico entre os interessados e pessoas facilmente identificáveis.
- (B) a ausência de vínculo associativo, alcance de uma cadeia substrata de pessoas e vínculos fáticos entre os titulares dos interesses.
- (C) o interesse comum e liame entre as pessoas interessadas e prejudicados determináveis.
- (D) o interesse coletivo e divisível e direito idêntico dos titulares.
- (E) o interesse comum e divisível e titulares indeterminados.

<p>87. O nosso ordenamento jurídico admite a responsabilidade penal da pessoa jurídica, com previsão expressa na</p> <p>(A) Constituição Federal de 1988 e Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).</p> <p>(B) Lei de Falências (Dec. 7.661/45) e Lei que define os Crimes contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.176/91).</p> <p>(C) Constituição Federal de 1988 e Lei que define dos Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90).</p> <p>(D) Lei dos Crimes contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.176/91) e Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90).</p> <p>(E) Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90) e Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).</p>	<p>91. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), a sentença fará coisa julgada</p> <p>(A) <i>erga omnes</i>, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de prova, na hipótese de interesses ou direitos difusos.</p> <p>(B) <i>erga omnes</i> apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos difusos.</p> <p>(C) <i>ultra partes</i>, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de interesses ou direitos coletivos.</p> <p>(D) <i>erga omnes</i>, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.</p> <p>(E) <i>ultra partes</i>, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, no caso de interesses individuais homogêneos.</p>
<p>88. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, de que trata a Lei nº 9.605/98, para que seja feita a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa é necessário que</p> <p>(A) não tenha ocorrido representação do ofendido ou de seu representante legal.</p> <p>(B) se apresente comprovação de laudo de constatação da reparação do dano.</p> <p>(C) a comprovação do dano seja reduzida a escrito e homologada pelo juiz.</p> <p>(D) haja prévia composição do dano ambiental ou prova da impossibilidade.</p> <p>(E) o autor do dano não tenha sido condenado pela prática de crime ou contravenção ambiental.</p>	<p>92. A Lei nº 8.429/92 reprime os atos de improbidade administrativa nas modalidades: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentado aos princípios da Administração Pública. Entre outros, é ato que importa em lesão ao erário,</p> <p>(A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.</p> <p>(B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.</p> <p>(C) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.</p> <p>(D) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos ou material de qualquer natureza.</p> <p>(E) receber vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço.</p>
<p>89. Dentre outras, são modalidades de sanções administrativas ambientais previstas na Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre essa matéria,</p> <p>(A) o custeio de programas e de projetos ambientais e a manutenção de espaços públicos.</p> <p>(B) a interdição temporária de direitos e a prestação pecuniária.</p> <p>(C) a suspensão parcial ou total de atividades e a restritiva de direitos.</p> <p>(D) a execução de obras e recuperação de áreas degradadas.</p> <p>(E) a manutenção de espaços públicos e contribuição a entidades ambientais.</p>	<p>93. Os atos dos agentes públicos que violam os princípios gerais da administração pública, tais como moralidade, impessoalidade, economicidade e razoabilidade, ainda que não acarretem dano ao erário ou que não importem em enriquecimento ilícito, mas segundo a Lei nº 8.429/92, são considerados, dentre outros, como de improbidade quando</p> <p>(A) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.</p> <p>(B) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.</p> <p>(C) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito a conservação do patrimônio público.</p> <p>(D) praticados visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.</p> <p>(E) adquirir, no exercício de função pública, bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.</p>
<p>90. O compromisso de ajustamento de conduta, instituído pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e previsto na Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), pode ser obtido</p> <p>(A) pelos legitimados para a propositura da ação civil pública e o Juiz de Direito.</p> <p>(B) por qualquer legitimado para o ajuizamento da ação civil pública e o Ministério Público.</p> <p>(C) pelo Ministério Público de primeiro grau e Juiz de Direito.</p> <p>(D) pelo Juiz de Direito ou Tribunal e organizações não governamentais (ONGs).</p> <p>(E) pelo Ministério Público e qualquer legitimado para o ajuizamento da ação civil pública que ostente a qualidade de órgão público.</p>	

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº 8.069/90)**

94. É medida aplicável aos pais ou responsáveis do menor infrator prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras,
- (A) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
  - (B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
  - (C) obrigação de reparar o dano.
  - (D) prestação de serviços à comunidade.
  - (E) o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família
95. A adoção, de criança e de adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, exige que
- (A) o adotando tenha no máximo 21 anos e que o adotante seja casado.
  - (B) o adotando tenha no máximo 18 anos de idade na data do pedido e que o adotante seja maior de 21 anos.
  - (C) o adotante seja 16 anos mais velho que o adotado e que seja casado.
  - (D) haja o consentimento do adotando, se maior de 12 anos de idade e que o adotante seja maior de 21 anos.
  - (E) o adotado seja maior de 18 anos e o adotante seja 16 anos mais velho.
96. O procedimento para a perda ou a suspensão do pátrio poder terá início por provocação
- (A) do Ministério Público e do Juiz da Infância e da Juventude.
  - (B) do pretendente da tutela e do Juiz da Infância e da Juventude.
  - (C) do Ministério Público e do pretendente da tutela ou adoção.
  - (D) exclusivamente do Ministério Público.
  - (E) do Juiz da Infância e da Juventude e do Conselho Tutelar.
97. Em caso de adolescente apreendido em flagrante pela prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça, deverá a autoridade policial, entre outras medidas,
- (A) elaborar o auto de apreensão ou de flagrante, de acordo com a sua convicção e o que for melhor para o adolescente.
  - (B) lavrar o auto de prisão em flagrante com assistência do Conselho Tutelar.
  - (C) elaborar boletim de ocorrência circunstanciado, levando em consideração que adolescente não comete crime.
  - (D) lavrar o auto de prisão em flagrante, somente no caso em que se verificar a reincidência.
  - (E) lavrar o auto de apreensão, ouvindo as testemunhas e o adolescente.

98. No que concerne à guarda prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) poderá ser deferida fora dos casos de tutela e adoção para atender a situações peculiares.
  - (B) se destina a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive por estrangeiros.
  - (C) obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto os pais.
  - (D) não confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito.
  - (E) implica prévia suspensão ou destituição do pátrio poder, seja essa guarda de caráter provisório ou permanente.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**

99. Em conformidade com a respectiva Lei Orgânica Estadual, o Corregedor Geral do Ministério Público, no Estado de Pernambuco, é eleito
- (A) por todos os integrantes da carreira, exceto os não vitalícios.
  - (B) pelo Conselho Superior do Ministério Público.
  - (C) pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (D) pelo órgão Especial do Colégio de Procuradores.
  - (E) por todos integrantes da carreira, inclusive os não vitalícios.
100. A Lei Orgânica Estadual pertinente, prevê que a decisão de processo disciplinar contra Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco, para aplicação da pena de suspensão é do
- (A) Corregedor Geral do Ministério Público.
  - (B) Procurador Geral de Justiça.
  - (C) Conselho Superior do Ministério Público.
  - (D) Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (E) Órgão Especial do Ministério Público.